

Congresso também reabre com temas polêmicos em pauta

As férias oficiais dos parlamentares terminam amanhã com a reabertura do Congresso Nacional, que conta com uma extensa pauta de assuntos para aprovar ou rejeitar até o final do ano. Além do processo por falsificação ideológica contra o deputado federal Jakes Rabelo (leia reportagem na pag. 15), deputados e senadores deverão apreciar a proposta de reformulação da Previdência Social que o governo deverá enviar ao Congresso ainda neste mês como também as seguintes matérias:

● **Salários dos servidores federais** — O governo mandou para o Legislativo projeto de lei com uma antecipação de 20% para o funcionalismo, além de aumentos diferenciados para várias categorias. As que ficaram de fora — IBGE, Funai, FAE e Incra — vão lutar no Congresso para serem incluídas.

● **Lei salarial** — Há duas propostas da Comissão de Trabalho da Câmara que deverão ir a plenário. O primeiro, de abril deste ano, eleva o salário mínimo para Cr\$ 47 mil. O segundo estabelece uma política salarial com o reajuste mensal de vencimentos, conforme índices prefi-

xados de inflação. O governo é contra os dois.

● **Lei de Informática** — Depois de um difícil trânsito na Câmara, onde grupos nacionalistas tentaram ampliar a reserva de mercado, o assunto será votado no Senado.

● **Lei do Inquilinato** — Aguarda votação no Senado um projeto que reformula tudo nesse campo, inclusive restaurando a denúncia vazia, que permite ao senhorio reaver o imóvel quando quiser.

● **Lei Eleitoral** — Os partidos de oposição começam a se articular para derrubar os onze vetos que o presidente da República impôs à lei eleitoral. Entre os vetos está a proibição de propaganda política próxima ao local de votação.

Os congressistas também deverão apreciar projetos como o da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a desregulamentação dos portos brasileiros e a extinção do Imposto Sindical em duas tacadas: uma em 1992 e a segunda no ano seguinte. O Congresso estará às voltas com quase 20 vetos presidenciais a decisões tomadas pelos parlamentares e terá ainda que regulamentar cerca de 200 artigos da nova Constituição.